

CIÊNCIAS POLÍTICAS

UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA SOBRE A SEGURANÇA E DEFESA EM ANGOLA E A INTERVENÇÃO NO CONTEXTO REGIONAL SUBSAARIANO

Eugénio Costa Almeidaⁱ@

Luís Manuel Brás Bernardinoⁱⁱ@

RESUMO

No inovador e complexo paradigma securitário subsariano, Angola vem assumindo uma postura de afirmação nacional conducente com a sua estratégia de afirmação como produto de segurança regional, reflexo de uma intervenção crescente no plano geopolítico e geoestratégico Africano.

Após o período de conflito interno e sua independência em 1975, e depois da assinatura do Acordo de Luena em 2002, Angola assumiu internamente uma política de reconstrução, especialmente ao nível da Segurança e Defesa, tendo como protagonistas as suas Forças Armadas. Estas são cada vez mais, instrumento da política externa e no

ⁱ Doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, (ISCSP-UTL). Investigador do Centro Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e do CINAML (I&D da Academia Militar Portugal). Tem em execução projecto de Pós-Doutoramento sobre as “*Organizações Regionais e de Segurança Externa no Atlântico austral: os casos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e da Comissão do Golfo da Guiné*” através da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Participa em seminários e conferências; publicas regularmente, artigos em revistas da especialidade e órgãos de informação, sobre a temática Africana. Tem quatro ensaios publicados. @ elcalmeida@gmail.com.

ⁱⁱ Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Estratégia (ISCSP-UTL) e Doutorado em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais (ISCSP-UTL). Atualmente desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) com um projeto de Pós-Doutoramento sobre as Arquiteturas de Segurança e Defesa Africanas. É Investigador no Observatório Político, membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de RI da Sociedade de Geografia Lisboa, sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Participa em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos em revistas da especialidade sobre segurança e defesa em África. Actualmente é Professor Doutorado de Estratégia e Relações Internacionais no Departamento de Estudos Pós-Graduados na Academia Militar em Portugal. @ bernardino.lmb@hotmail.com.

seio das organizações sub-regionais onde tem assento, elemento valorativo do posicionamento geoestratégico Angolano na região.

Num quadro de crescimento Institucional destas Organizações, Angola aposta num maior envolvimento, pois atuando externamente garante a paz e o equilíbrio interno nas fronteiras, contribuindo para prestigiar Angola em África e no Mundo.

Palavras-chaves: Angola; Segurança e Defesa; SADC; CEEAC; Golfo da Guiné

ABSTRACT

In the innovative and complex security-paradigm sub-Saharan, Angola has assumed a position of national affirmation leading with his claim strategy as regional security product, reflecting a growing intervention in the geopolitical and geostrategic African plan.

After the period of internal conflict after its independence in 1975, and after the signing of the Luena Agreement in 2002, Angola has been taking internally a reconstruction policy, especially in terms of security and defense, with the main protagonists its armed forces. These are increasingly instrument of foreign policy and within the sub-regional organizations which it is entitled, evaluative element of the Angolan geostrategic position in the region.

An institutional framework growth of these organizations, Angola promotes a greater involvement as acting externally guarantees peace and internal balance border, contributing to honor Angola in Africa and the world.

Key Words: Angola; Security and Defense; SADC; ECCAS; Gulf of Guinea.

INTRODUÇÃO

... A edificação militar de um Estado, não se faz, por conseguinte, de forma linear e ela não ocorre de uma só vez. Ela faz-se de forma contínua e passa por diferentes etapas. A edificação militar [das Forças Armadas] processa-se de acordo com as do Estado e segundo as suas referências internas...”.

Tenente General Miguel Júnior, in “*Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.*

1º Exército Nacional (1975 – 1992)”, 2007: 145.

Se existe uma temática que condiciona atualmente a pura reflexão geoestratégica dos analistas e estudiosos Angolanos é, em nossa opinião, a temática da segurança e da defesa regional, e especialmente as áreas relacionadas com a participação de Angola no quadro das Organizações Regionais Africanas onde tem assento: a CEEAC e a SADC. Mormente, quando os assuntos se relacionam ou com a ação político-estratégica ou com os delicados assuntos da soberania do Estado. Embora seja importante referir que ao nível do comentário noticioso e do número de notícias saídas nos órgãos de imprensa locais e internacionais (maioritariamente por via da ANGOP) as Forças Armadas e o setor de defesa e segurança, tem vindo a crescer substancialmente nestes últimos anos.

Contudo, sentimos que em Angola o diálogo no seio da comunidade civil e a reflexão académica nestas áreas ainda estão muito assentes nas dinâmicas institucionais da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Instituto de Defesa Nacional de Angola (IDNA), ou ainda alguns organismos do Estado na vertente específica da defesa, nomeadamente o Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Existe, de fato, pouca participação universitária nestas dinâmicas e uma reduzida reflexão no seio do ensino superior sobre a área da Defesa e das Forças Armadas. Constatamos ainda, que o número de trabalhos académicos e as obras publicadas sobre as Forças Armadas ou sobre a área da segurança e defesa é, apesar de se registarem um ligeiro crescimento, muito reduzido, não existindo, que se saiba (quer em Angola, quer internacionalmente), trabalhos de investigação sobre estas temáticas, até porque o acesso à informação é difícil, os entrevistados não revelam as fontes e o “espírito do segredo” inviabiliza uma análise filosófica cabalmente credível e cientificamente aceitável.

Pensa-se ainda assim que a tendência passa por começar a diluir “paulatinamente” este paradigma e que cada vez mais possam realizar-se mais seminários, revistas e livros e ainda a oferta de cursos que abordem as temáticas da História, Estratégia, da geopolítica e geoestratégia, numa perspetiva securitária, para que os cidadãos possam participar, mais ativamente, na reflexão sobre uma vertente que muito lhes importa, a Segurança e a Defesa Nacional.

Internacionalmente, quer no contexto regional ou em África, quer no mundo em geral, a temática da segurança e defesa na República de Angola, tornou-se num tema relevante para a discussão académica sobre a prevenção e resolução de conflitos regionais, embora que alguns especialistas abordam estes conflitos através da sua natureza histórica e conjuntural da transição pré e pós Independência, outros numa perspetiva de análise

geoestratégica e geopolítica regional e, ou, também, numa tentativa de projetar cenários microeconómicos e de segurança (marítima, alimentar, energética de fronteiras) que possibilite uma cooperação “bimultilateral”²⁵ de futuro e a conjugação entre os interesses do Estado e das Organizações.

Neste contexto, foram sendo criadas interna e regionalmente fóruns de reflexão estratégica dedicada a estas temáticas, que permitem mais facilmente a partilha de conhecimentos sobre o tema em apreço de uma forma mais proactiva e no meio evolutiva da sociedade civil e nomeadamente no mundo académico.

Para o nosso estudo, referimo-nos aos dois exemplos de segurança militar regional onde Angola desenvolve as suas iniciativas simultaneamente. Integrada, na Força Multinacional da África Central (FOMAC ou COMFORCE) no quadro da CEEAC – «*Central African Multinational Force*»²⁶) e na SADCBRIG para além da participação na inovadora e pouco conhecida Rede de Gestão de Defesa e da Segurança da África Austral (SADSEM – ou «*Southern African Defence and Security Management Network*»). Isto, apesar da União Africana (UA) não aconselhar (oficialmente, a UA recomenda, mesmo, que não seja praticada) a integração de um Estado-membro em mais de uma organização sub-regional. Angola contextualiza-se na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) – FOMAC (ou COMFORCE, acrónimo usado neste ensaio) e na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – cujo ramo militar é a SADCBIG e ainda na criação e funcionalidade da SADSEM.

Recordemos que as Forças Africanas de Intervenção Rápida (ASF – *African Standby Forces*, na versão inglesa) foram criadas no âmbito do Protocolo Relativo ao Conselho de Paz e Segurança (CPS) e nos termos artº 5º §2, do Ato Constitutivo da União Africano (UA), tendo sido estabelecidas como veículo de estado de alerta permanente para uma segurança coletiva e de alerta precoce a fim de facilitar uma resposta atempada e eficiente em caso de conflitos e situações de crise em África.

1. A reflexão sobre a importância de uma Marinha de Guerra

²⁵ A cooperação “bimultilateral” é segundo os autores uma nova e mais dinâmica de pensar a relação de cooperação entre os Estados Africanos e não-Africanos, levando à identificação das oportunidades estratégicas para cooperar no seio das Organizações Regionais Africanas, pois não parece ser possível desenvolver uma cooperação plena e com valor estratégico se não se conseguir aliar, em cada momento, os interesses dos Estados com os das organizações, pois estas, no contexto subsariano, vêm assumindo um maior protagonismo em termos de segurança e defesa que extravasa as competências e capacidades dos Estados.

²⁶ A COMFORCE, ou FOMAC (Force Multinationale de l'Afrique Centrale) é uma das componentes sub-regionais militares da African Standby Force, e foi criada como uma força de paz, estabelecido pela CEEAC, em outubro de 2003, a fim de intervir em áreas, consideradas instáveis, da África Central.

Como referimos, Angola está inserida atualmente na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) – através do ramo militar COMFORCE, – como na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – o que lhe confere uma dicotomia simultaneamente de responsabilidade e de intencionalidade na salvaguarda dos seus interesses regionais ao nível da segurança e defesa. E é neste contexto que importa analisar a relevância da COMFORCE para a segurança, principalmente, marítima e aérea de Angola no contexto da sua Estratégia e Segurança marítima e económica na região do Golfo da Guiné, em particular, e na região central de África, em geral, sendo que, nesta área se reveste de capital importância para a Segurança político-militar de África, a influência Angola na resolução dos conflitos na área dos Grandes Lagos.

Ainda que a importância em que se reveste a presença de Angola na COMFORCE seja grande, quase que fundamental, para a defesa das rotas marítimas de e para Angola, bem como para a defesa das suas zona territorial e zona económica exclusiva (ZEE), o país não dispõe uma Marinha de Guerra que possa assegurar a sua Segurança de forma a se considerar, minimamente, admissível. Na realidade, a Marinha de Guerra Nacional Angolana (MGA), como adiante se verá, não só existe em papel, porque a generalidade dos seus meios estão adstritos ao Ministério das Pescas (Figura 1), como só agora se estuda a necessidade de dar uma real existência à Marinha de Guerra, ainda que a pretensão já venha desde julho de 2007, conforme a Diretiva do Comandante-em Chefe das FAA, onde era indicado ser necessário “...desenvolver esforços para adequada potenciação e reequipamento da MGA...” (Bernardino, 2013: 494)²⁷.

Navy €1,000
EQUIPMENT BY TYPE
PATROL AND COASTAL COMBATANTS 22
PCO 2 <i>Ngola Kiluange</i> with 1 hel landing platform (Ministry of Fisheries)
PCC 5 <i>Rei Bula Matadi</i> (Ministry of Fisheries)
PBF 5 PVC-170
PB 10: 4 <i>Mandume</i> ; 5 <i>Comandante Imperial Santana</i> (Ministry of Fisheries); 1 <i>Damen 2810</i> (Ministry of Fisheries)
Coastal Defence
EQUIPMENT BY TYPE
MSL • ASHM SS-C-1B <i>Sepal</i> (at Luanda)

Figura 1

²⁷ Setembro de 2010, numa entrevista conjunta à revista *Marinha* e o *Jornal de Angola*, o Chefe da Direção da Hidrografia e Navegação da MGA, Contra-almirante Martinho Francisco António, informava que o Governo angolano pretendia criar o Sistema Nacional de Vigilância Marítima (SNVM) para controlar o tráfego na zona costeira e portuária, e fiscalizar as águas jurisdicionais nacionais, onde se incluíam as águas interiores como a ZEE (idem. 496).

Fonte: «The Militar Balance 2014 (2014: 420)»²⁸

As Forças Armadas de Angola (FAA) tinham como principal zona operacional o interior do país, em grande parte devido ao conflito interno com a UNITA, pelo que os principais ramos militares desenvolvidos foram o exército e a aviação, sectores esses que ainda hoje são a espinha dorsal das FAA, como se pode atestar através do gráfico seguinte:

Efetivos das Forças Armadas de Angola e Paramilitares (Polícia de Intervenção Rápida)*	
Exército	100.000
Marinha	1.000
Força Aérea	6.000
<i>Total</i>	107.000
Paramilitares (PIR)	10.000
<i>Total global</i>	117.000

Figura 2

Fonte: Compilado pelos Autores com dados da «The Militar Balance 2014»

Ainda que tivesse sido emitida a citada diretiva, em 2007, só agora é que as autoridades angolanas estão a ponderar o desenvolvimento da Marinha de Guerra, face aos problemas na região do Golfo da Guiné (de notar que Angola é sede da Comissão do Golfo da Guiné), em particular, perante o incremento da pirataria, seja nas rotas marítimas, sejam nas fozes dos rios que desaguam no Golfo, ou como o recente ato de pirataria marítima ocorrido nas costas angolanas – bem na área das 12 milhas, – com o sequestro de um navio-tanque contratado pela Sonangol, o M/T Kerala²⁹, carregado de crude, em janeiro de 2014.

2. Angola na COMFORCE e a sua importância para a segurança do Golfo da Guiné e dos Grandes Lagos

Sendo a região Golfo da Guiné uma das mais importantes regiões do Continente Africano, devido ao papel relevante que desempenham uma parte de recursos energéticos (petróleo e gás natural), bem assim, como ser, também, uma das principais rotas marítimas na região Central do Atlântico (seja para o acesso às orlas marítimas, seja para as regiões

²⁸ International Institute for Strategic Studies (IISS) (2014), Chapter Nine: Sub-Saharan Africa, The Military Balance, 114:1, 411-470, DOI: [10.1080/04597222.2014.871886](https://doi.org/10.1080/04597222.2014.871886) (disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/04597222.2014.871886>).

²⁹ Cf. em: <http://www.voaportugues.com/content/navio-tanque-desaparecido-ao-largo-de-luanda--localizado-na-nigeira/1837912.html> ou em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3649334.

onshore) e entre o oceano e a parte oriental da África Austral. (Bernardino & Almeida, 2013: 43 a 61). Angola tem especial interesse em participar ativamente na segurança da região (Almeida, 2013: 124-142) – e, por extensão, na sua própria segurança – quer através da sua presença na CEEAC, quer por via da sua presença na vertente militar da África Central, a COMFORCE.

Acresce, que além da relevância do Golfo da Guiné como vimos é, igualmente, importante para Angola na afirmação da sua posição geopolítica e estratégica para as resoluções dos conflitos na região dos Grandes Lagos, através inicialmente da sua participação na Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL). A condição da participação de Angola nestas organizações visam objetivos diferentes e completam-se no sentido de reforçar a presença de Angola na região subsaariana.

Enquanto nesta região prevalece a componente político e assessoria militar – as FAA, participam em exercícios militares na região ao abrigo dos acordos de cooperação, no seio da COMFORCE, na área do Golfo, deveriam ser os meios navais (a Marinha de Guerra), principal veículo de vigilância e contenção, e a Força Aérea, como meio de vigilância abrangente, os principais meios responsáveis pela segurança e liberdade de navegação nesta região. Como sabemos, Angola ainda não dispõe, de uma Marinha de Guerra que possa executar missões de soberania marítima (principalmente de vigilâncias) e a segurança marítima é considerada área de grande preocupação para os líderes Angolanos, não só pela crescente de ameaça numa região.

Por outro lado, a recente crise financeira, em parte derivada da baixa de preço do petróleo nos mercados internacionais – de que Angola é, economicamente, quase monodependente e o principal suporte do Orçamento de Estado do País – terá travado o desenvolvimento e expansão da Marinha de Guerra. Ainda assim, há vários países que mostram interesse em cooperar com Angola, quer através de fornecimento de meios navais, quer por via da formação dos quadros angolanos, pelo desenvolvimento da Marinha de Guerra Angolana, constituída uma das prioridades em torno da Defesa Nacional.

Apesar de Angola contribuir para a Segurança da região, em particular na zona do Golfo da Guiné e na CEEAC, a sua presença na COMFORCE é considerada relevante e importante, tendo em janeiro de 2012 assumido a liderança militar da CEEAC, em concreto, a chefia do Estado-Maior regional das Forças Armadas da CEEAC, que, deram origem à COMFORCE, organização cuja liderança foi entregue, em outubro de 2014, a

Angola, através do general João Didino Capingane³⁰. De registar que o comando marítimo da COMFORCE está estabelecido em Pointe Noire, República do Congo, e que não se conhece uma adequada integração entre a CEF e a CEEAC para a participação de meios maiores do país desta organização de uma naval conjunta e integrada.

Nos atuais dilemas de segurança que afetam os Grandes Lagos, Angola detém, desde 2014 (e por um período de dois anos), a presidência rotativa da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), cujo lema é “*Promovamos a paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos*”, sendo que a prioridade da presidência angolana aponta para que os “*conflitos que grassam no continente africano possam ser minimizados e encontrava uma resposta atuante*”³¹. Neste quadro, o papel e a experiência de Angola, que propiciou os caminhos mais apropriados para a solução do conflito interno e alcançar a paz, rumo a uma democracia crescente, tem sido transmitida aos outros membros da organização sub-regional, facto que proporcionou aos parceiros da organização, bem como outros *players* da comunidade internacional, ter conseguido “*...reduzir o impacto do conflito na República Democrática do Congo (RDC) e hoje poder-se dizer que a situação já é mais controlada no Leste deste país...*”³².

Na Declaração de Luanda na sequência da V Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), foram deliberados três domínios especiais de atuação referindo que a um político, a outro económico-social e o desenvolvimento regional e de defesa e segurança e que têm norteado a presidência rotativa angolana:

- No **plano político**, pretende-se privilegiar a aplicação dos princípios constantes do Pacto sobre a Paz, a Estabilidade e o Desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos, assinado em de 2006 (Nairobi), e o cumprimento dos compromissos assumidos “*para a busca da paz e estabilidade*” na RCA e no Sudão do Sul;
- No **plano socioeconómico**, procura-se “*envidar esforços*” para promover as trocas comerciais e de experiências nos domínios administrativo, gestão macroeconómica, combate à fome e pobreza, aumento do emprego e da cooperação nos sectores da economia real para consolidar a diversificação das respetivas economias.

³⁰ Cf. in: <http://opais.co.ao/general-angolano-lidera-forca-multinacional-da-africa-central/>.

³¹ Entrevista do então Ministro da Defesa de Angola, Cândido Pereira Van-Dúnem, à ANGOP em janeiro de 2014.

³² *Ibidem*.

- No **plano da defesa e segurança**, o mandato de Luanda tem por objetivo a promoção da gestão conjunta da segurança das fronteiras comuns, e a cooperação sobre questões gerais de segurança, designadamente o combate ao tráfico de seres humanos, imigração ilegal, exploração ilícita e pilhagem de recursos naturais, proliferação ilegal de armas e prevenção e combate das atividades criminosas transnacionais e terrorismo.

Ainda recentemente (2015) ocorreu, sob a presidência de Angola e a pedido do secretariado do CIRGL, uma cimeira extraordinária que tinha ainda como principal questão a situação eleitoral no Burundi. Desta cimeira resultaram várias recomendações feitas pelos Chefes de Estado e de Governo dos países da região, designadamente em termos do reforço da luta contra o terrorismo, destacando-se igualmente a tomada de uma posição regional sobre a crise do Burundi, tendo inclusive sido feito um apelo ao Governo para adiar as eleições presidenciais, devido à enorme forte instabilidade que se vive no Burundi³³.

3. Angola e a participação nos exercícios militares no quadro da COMFORCE/CEEAC

Dois dos principais factores que permitiriam a Angola, em 2012, a liderança das Forças Armadas da CEEAC (FOMAC), resultaram de dois acontecimentos marcantes na área militar e político-militar na região. Em primeiro lugar, realização de um exercício militar conjunto, em Cabo Ledo, província de Luanda, o *Exercício Kwanza*, realizado em 2010³⁴, e a ajuda militar concedida à Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação entre os dois países lusófonos, e formalizada pelo Programa de Reforma das Forças Armadas Guineenses³⁵, tendo sido então criada a Missão de Angola na Guiné-Bissau (MISSANG). Programa, interrompido na sequência do golpe de estado ocorrido a 12 de abril de 2012 e que levou a que o então presidente Tchadiano, Idriss Deby Itnto, (presidente em exercício da

³³ Cf. em: <http://www.brasil.rfi.fr/africa/20150518-cimeira-da-regiao-dos-grandes-lagos-em-luanda>.

³⁴ Antes deste exercício ocorreram os exercícios multinacionais *Barh el-Gazel 2005*, organizado pelo Chade, em novembro de 2005, o *Swala 2006*, nos Camarões e incorporada no programa francês RECAMP (*Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix*), e o *Barh el-Gazel 2005*, no Chade, onde participaram além dos militares dos Estados-membros da CEEAC, também e a convite deste país, militares do Togo; cf. em: <http://www.operationspaix.net/3-fiche-d-information-de-l-organisation-ceeac.html>.

³⁵ De acordo com o portal *Angonoticias*, citando o Jornal de Angola, este programa que visava a reparação de quartéis militares e esquadras policiais, a reorganização administrativa, a formação técnica e adestramento militar, bem como a formação de efetivos em instituições de ensino militar e policial em Angola, custou ao OGE angolano, cerca de 10 milhões de US dólares; ver em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34590/angola-gastou-10-milhoes-de-dolares-com-a-missang>.

CEEAC), a reconhecer a liderança angolana no “*militarismo e [... na] organização militar da comunidade centro-africana*”³⁶”.

Neste contexto, foi igualmente criada a Força Africana em Estado de Alerta (FAEA ou FAA - *Force Africaine en Attente*), segundo os termos e as normas da ONU e da UA, e que tinha por objetivo, garantir a paz, na região caso se tornasse imperativo a sua presença com intervenções militares imediatas. Todavia, o documento contém algumas restrições no emprego seja quanto à sua operacionalidade, pois só poder intervir em situações de conflito armados civis ou entre países, (desde que na sua composição conte com militares e polícias de todos os Estados-membros) e só atuar quando forem solicitados pelos Governos dos países que se encontrem em conflito ou por dois organismos internacionais, simultaneamente, no caso a UA e a ONU. Paralelamente a FAEA pretende constituir como um instrumento pronto a prestar ajuda militar às populações abrangidas pela violência num caso de conflito regional declarado.

4. A participação de Angola na SADCBRIG

Como já foi referido na Introdução, Angola é, também, parte activa da brigada da SADC, a SADCBRIG (Brigada de Intervenção Rápida da SADC), desde a sua fundação em 2005, através de um memorando de Entendimento celebrado entre os Estados-membros da SADC (Baker & Maeresera, 2009: 107). Foi criada, quase em simultâneo, com o estabelecimento do Pacto de Defesa Mútua, no âmbito das atividades desenvolvidas em prole da segurança regional (Bernardino, 2013: 569).

No âmbito do referido Protocolo Relativo ao Conselho de Paz e Segurança (CPS), em 2004, a SADC adotou um Plano Indicativo Estratégico (SIPO – *Strategic Indicative Plan for the SADC Organ*) que visa identificar as principais lacunas em matéria de segurança e defesa na organização e propõe medidas corretivas, pelo que, nesse campo de ação, estabeleceu dois organismos de apoio entre as comissões políticas e diplomáticas: a Comissão Interestadual para a Política e Diplomacia (*Interstate Politics and Diplomacy Committee*), que integra os Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros e a Comissão Interestadual da Defesa e Segurança (*Interstate Defence and Security Committee*) que integra os Ministros de Defesa dos Estados da SADC (Bernardino, idem). Ainda neste espaço, em abril e maio de 2005, a Comissão de Defesa e de Segurança Permanentes da SADC (ISDSC – *SADC Interstate, Defence and Security Committee*)

³⁶ Cf. em <http://www.oplop.uff.br/boletim/1023/angola-assume-lideranca-militar-da-ceeac>.

decidiu criar uma equipa técnica composta por peritos militares em planeamento, visando o estabelecimento de um Componente Militar do Elemento de Planificação (PLANELM – *Planning Element*), em Gaborone, Botswana.

A estrutura conceptual do SADCBRIG está concebido de maneira que os recursos militares e, ou, pessoal civil adstritos para a brigada permanecem em seus países de origem em um nível de alerta para a missão, de acordo com os tempos de resposta como prescrito. Nas expectativas de SADC, tanto a brigada como os seus elementos de apoio estarão sempre sob mandato da ONU ou da UA, tal como recordava, em agosto de 2014, o brigadeiro angolano João Paulo, “*As forças armadas da SADC precisam de criar coesão e combinar a actuação conjunta, com vista ao seu emprego em operações de resposta a crises ou de manutenção de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas*”³⁷. Por esse fato, é de assinalar que o planeamento e os preparativos do SADCBRIG poderão não estar, obrigatoriamente, sob a autoridade da própria SADC.

Pelo que, segundo os já citados Baker & Maeresera (2009, 107-108), para casos destes ou para outras situações de emergência imediata, as estruturas de gestão aplicáveis da SADCBRIG consistirão no seguinte:

- A Cimeira da SADC de Chefes de Estado e de Governo. Todas as contribuições para as operações de apoio à paz da UA estará sujeita à aprovação da Cimeira da SADC por recomendações do país que preside à Comissão de Política, Defesa e Segurança Permanente (OPDSC – *SADC Organ on Politics, Defence and Security Committee*).
- O presidente do OPDSC.
- O Comitê Ministerial de Ministros das Relações Exteriores, Defesa, Segurança Pública e Segurança do Estado (plenário) de todos os países da SADC que assinaram e ratificaram Protocolo de órgãos.
- O ISDSC, constituído por todos os Ministros da Defesa, Segurança Pública e Segurança do Estado.
- A recente criação da Comissão de Chefes de Estado-maior.
- O PLANEM. Será composta por pessoal militar e civil regional por destacamento dos Estados-membros. Ao contrário de outras comunidades económicas regionais, que acolhem, também, as sedes de brigada e de planeamento, o PLANEM é uma

³⁷ Cf. **Jornal de Angola**, http://m.jornaldeangola.sapo.ao/politica/forcas_especiais_fazem_exercicios.

estrutura autónoma, que não fica incorporada no SADCBRIG, durante as missões reais. Gerenciará o sistema de alerta da SADC e assegura a responsabilidade de monitorizar a preparação dos militares nos respetivos Estados-membros até que os preparativos da missão comecem.

- Composição SADCBRIG:
 - a. Brigada Quartel-general (HQ) – 85 pessoas (militares e civis) e 15 veículos ligeiros;
 - b. 4 Batalhões de Infantaria – 3.000 militares e 280 veículos ligeiros;
 - c. Unidade de helicóptero – 4 helicópteros, 80 militares e 10 veículos ligeiros;
 - d. Companhia reconhecimento – 150 pessoas (militares e civis) e 15 veículos blindados;
 - e. Companhia de apoio do HQ – 65 pessoas (militares e civis) e 16 veículos ligeiros;
 - f. Unidade de polícia militar – 48 pessoas (militares e civis) e 15 veículos ligeiros;
 - g. Sinais de luz unidade – 135 pessoas (militares e civis) e 47 veículos ligeiros;
 - h. Unidade de engenheiro de campo – 505 pessoas (militares e civis) e 65 veículos ligeiros;
 - i. Unidade de logística – 190 pessoas (militares e civis) e 40 veículos ligeiros;
 - j. Unidade hospitalar de nível 2 – 35 pessoas (militares e civis) e 10 veículos ligeiros.

Nesse contexto, Angola tem participado activamente nos trabalhos da SADCBRIG, quer na área política, quer na vertente militar, através dos periódicos exercícios militares realizados sob a tutela da SADC e na esfera da SADCBRIG. Por exemplo, recentemente, entre 1 de agosto e 13 de setembro de 2014, realizou-se, em Angola, um exercício conjunto e combinado das forças especiais da SADC, denominado *Vale do Keve 2014*, na região da Cela³⁸, província do Cuanza Sul, sob o comando do brigadeiro João Paulo, Director e comandante do exercício militar da SADCBRIG, em representação do chefe do Estado-Maior General das FAA, general Geraldo Sachipengo Nunda, participaram neste exercício 1700 militares, a maioria, cerca de 1000 homens, de Angola, e destacamentos de forças especiais de África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia,

³⁸ De registar que a escolha desta região deveu-se ao conflito que opôs as forças conjuntas FAPLAS/Cubanas contra as forças militares Sul-africanas, do *apartheid*, e que se consubstanciou na “Batalha de Ebo”, entre 12 de outubro e 22 de novembro de 1975.

República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. De notar que tanto Moçambique como Malawi não participaram, enquanto Madagáscar, Maurícias Suazilândia, e Seychelles, por não disporem de Forças Especiais, também não tiveram qualquer participação militar³⁹.

Uma das razões para a realização deste exercício militar de forças especiais vispou a preparação e prontidão das FAA para a sua eventual participação de Angola, com um grande contingente, na missão de paz da ONU na República Centro Africana (*Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation en République centrafricaine* - MINUSCA), durante o corrente ano de 2015.

Um dos fatos que contribuiu para a realização deste exercício, além da prevista intervenção angolana na MINUSCA, foi a necessidade de se criar, por parte dos Estados-membros e por proposta da comissão política da SADC BRIG, uma *Força Tarefa Conjunta Multinacional* (FTCM) tendo-se constituído assim “...no vector operacional que a SADC accionou para estabilizar a região em causa e que levou a cabo uma enorme série de operações táticas dos mais variados tipos...”⁴⁰.

Com a criação da FTCM, o estado-maior da operação funcionou com o uso de um moderno sistema de comando e controlo, o “*Chaka*”, de fabrico sul-africano, entretanto adquirido por Angola, no que representou um enorme avanço no decisivo domínio das operações, tendo sido aprofundada a interoperacionalidade de equipamentos e armamentos e a harmonização de táticas técnicas e condutas, nomeadamente, no fato de paraquedistas de vários países terem saltado do mesmo meio aéreo da Força Aérea Nacional (FAN,) com o mesmo tipo de paraquedas que passou a fazer da Brigada de Forças Especiais (BRIFE) das FAA. Além deste recente exercício militar de realçar que em Julho de 2013, o Paulo Francisco “Falcão”, assumiu a chefia rotativa do Estado-maior da PLANELM, funções que desempenhará até 2016⁴¹.

Ainda na área de PLANELM, houve o planeamento do exercício AMANI AFRICA II⁴², inicialmente previsto para novembro de 2014, no Reino do Lesoto, tendo sido alterado para Harare, Zimbábue, em 2015. Além deste exercício tático, já ocorreram os exercícios conjuntos, “*Blue Rovuma*” (Moçambique) e o “*Golfinho*” (Loathla, África do Sul, em

³⁹ Cf. em <http://www.operacional.pt/angola-exercicio-de-forcas-especiais-vale-do-keve-2014-i/>.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Cf. **Angonotícias**, disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39041/angola-na-lideranca-rotativa-da-componente-militar-da-sadc>.

⁴² “**Amani Africa**” é uma expressão em Kiswahili que pode ser traduzida por “Paz em África”.

setembro de 2010), o exercício “*Blue Zambeze*” (província do Moxico, em 2013) e o exercício “*Blue Okavango*”, que teve lugar em Julho de 2015, na região de Maun, Botswana. Todos estes exercícios contaram com a participação de especialistas angolanos e, no caso deste último, participou, também, um destacamento da FAN, composto por 30 efetivos, chefiado pelo brigadeiro Lamas Xavier e equipado com dois aviões pesados para movimentos estratégicos (Ilyushin – IL 76 e Antonov – AN 62), dois aviões do tipo Super-Tucanos e três helicópteros Alouettes III para ações táticas⁴³. Também em setembro de 2010, e na área das ASF, os fuzileiros navais de Angola, participaram em Walwis Bay, Namíbia, num exercício conjunto de Forças navais de elite dos Estados-membros da SADC.

Finalmente de registar que Angola mantém-se como o segundo Estado-membro das SADCBRIG com maior presença de efetivos (militar, policial e civil), na ordem dos 26 %; enquanto a África do Sul, o maior contribuinte líquido, entre tropas das suas forças de defesa, polícia e elementos ligados a componente civil, soma cerca de 29 %. Os restantes Estados-membros têm uma representação na ordem de 10 % a 15 % de efetivos nas três componentes operacionais⁴⁴.

5. A importância da “*Southern African Defence and Security Management Network*” para Angola

A Rede de Gestão de Defesa e da Segurança da África Austral, ou “*Southern African Defence and Security Management Network*”, conhecida regionalmente por “SADSEM”, é uma rede de conhecimento partilhado sobre a segurança e defesa regional em África e é financiada (principalmente) pelo governo dinamarquês através da agência de cooperação internacional “DANIDA”. No entanto, o projeto tem vindo a angariar um apoio crescente quer de outras instituições quer de governos da região e internacionais. O programa tem vindo de forma consistente a obter projetos de investigação e financiamentos de uma variedade de organismos e Estados e tem recebido apoio através de instituições cooperantes e de governos. Estes apoios incluem, o Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC), a “Fundação Friedrich Ebert Stiftung” (FES) e o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido. Os parceiros da rede SADSEM encontram-se envolvidos em múltiplos projetos de

⁴³ Cf. ANGOP, disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/6/29/Angola-Forca-aerea-angolana-presente-exercicio-Blue-Okavango-SADC,45d294f4-ee3b-40de-ab94-df8bd1acef57.html.

⁴⁴ Cf. Angonotícias, disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/23645/angola-maior-contribuinte-com-efectivos-na-brigada-em-estado-de-alerta>.

investigação, focalizando-se na boa governação democrática e na gestão da segurança na região da África Austral.

Os atuais parceiros de investigação incluem ainda o IDRC (Canadá), a FES (Alemanha), o DFID (Reino Unido) e o “Chr. Michelsen Institut” (CMI) da Noruega, o “Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas” (DCAF), entre outras instituições internacionais. A SADSSEN possui ainda um acordo de parceria estratégica de ensino com o “Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais” (DIIS), que envolve a realização de projetos de investigação de colaboração partilhado, intercâmbios académicos, e outras formas de cooperação.

A SADSEM procura assim contribuir para reflexão estratégica sobre temáticas da paz e segurança no sul de África, reforçando a gestão democrática das suas Forças Armadas, do sector da defesa e outros órgãos de segurança. Assim, desenvolve estas actividades oferecendo programas de formação especializados a oficiais da polícia e do exército e outros envolvidos na gestão da segurança na região, nomeadamente académicos e políticos, ou diplomatas e membros das organizações não-governamentais. Empreende ainda trabalhos de pesquisa em assuntos de segurança e ajuda os governos da região a desenvolver uma Política de Defesa concertada segundo os princípios da boa governança. Esta rede compreende actualmente nove instituições parceiras que implementam o programa em 14 países membros da SADC.

A rede é gerida pelo “Centro de Gestão da Defesa e da Segurança da Escola de Administração Pública e de Desenvolvimento”, localizado na *Universidade de Witwatersrand*, (1) em Joanesburgo, na África do Sul. A rede SADSEM oferece uma gama de serviços e actividades, que incluem: realização de cursos de formação profissional em todos os países da SADC, baseados nos currículos comuns, mas utilizando métodos sensíveis às exigências locais; a pesquisa e análise de política, empreendidas em grande parte, por parceiros da rede como os governos da SADC; realização de um programa de estágios para estudantes dos Estados membros que pretendam adquirir experiência em instituições nos campos da defesa e da segurança, através da concessão de bolsas de estudo para os membros da rede SADSEM. A rede compreende dez instituições parceiras que implementam os programas em 14 países membros da Comunidade de Desenvolvimento do Sul de África, em que os principais elementos da rede são os que se descreve resumidamente focando as suas principais características institucionais e actividades/projetos desenvolvidos:

- O Centro de Estudos Estratégicos, especialmente o Departamento de Estudos Políticos e Administrativos, Universidade do Botswana foi fundado em 2001 para integrar a rede SADSEM como seu parceiro. Encontra-se alojado no Departamento de Estudos Políticos e Administrativos, que possui um longo historial em estudar assuntos relacionados com segurança. O Centro efetuou um número elevado de cursos na área da gestão da defesa e da segurança, nas relações civis-militares em África, fiscalização parlamentar da defesa e segurança e na gestão e participação em missões multinacionais de paz. O seu objetivo principal é a melhoria do processo democrático e a gestão da defesa e da segurança no Botswana.
- O projeto de Gestão da Defesa e da Segurança da África Austral, Universidade de Kinshasa. Dedicar-se ao estudo da paz, resolução de conflitos, direitos humanos, democracia e da boa governação: foi criada na Universidade de Kinshasa em novembro de 2000, com o objetivo de melhorar a participação de professores congolezes e decisores políticos nos processos de paz ao nível da SADC e da África Central. A investigação da conflitualidade na RDC envolveu professores, e analistas políticos tem sido realizada diversos *workshop's* e conferências sobre estes tópicos bem como dois cursos para executivos da SADSEM. O grupo de trabalho possui uma vasta rede de contactos no Centro e Sul de África e também um subcentro na *Universidade de Bukavu*, no Leste da RDC.
- O Centro de Estudos de Projetos de Gestão da Segurança, *Universidade de Mzuzu*, no Malawi, foi fundado em resposta às necessidades de ter pessoal informado nas Forças Armadas do Malawi bem como nos outros órgãos de segurança do País. O centro procura contribuir para a reflexão sobre a paz e segurança no País, principalmente através da capacitação de decisores políticos, profissionais da segurança e líderes da sociedade civil para as áreas da gestão de conflitos e análise política da segurança e defesa. Em especial, procura formar Oficiais para as Forças Armadas. A Universidade de Mzuzu disponibiliza pequenos cursos de formação sobre as temáticas da segurança e da defesa, mas procura ainda desenvolver programas académicos mais extensos.
- O Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Centro de Estudos Africanos na *Universidade Eduardo Mondlane*, em Moçambique, desenvolveu e proporcionou nos últimos anos, diversos cursos para executivos, incluindo sobre a “Gestão de Missões de Paz”. As suas atividades de investigação incluem a área do HIV-SIDA

e os militares, aspetos da segurança marítima da região do Oceano Índico e assuntos de segurança pública e cooperação internacional. O projeto produziu diversas publicações, incluindo uma emissão temática do “*Jornal de Estudos Moçambicanos*” sobre o processo de paz moçambicano que teve grande sucesso ao nível regional e mundial.

- O Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança do Departamento de Estudos Políticos e Administrativos da Universidade da Namíbia tem competências ao nível da pesquisa e da formação de quadros em temas de defesa, especialmente através da participação na rede da SADSEM, para cujos fins desenvolve um Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança que integra parceiros ao nível dos países da região. Foi idealizado para integrar o seu trabalho na defesa e segurança com os seus programas de gestão da ordem pública e desenvolver um programa de investigação sobre estes temas. A Universidade possui boas instalações técnicas para organizar cursos de formação.
- O Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA) é, como iremos analisar mais em detalhe, um Instituto independente, sem fins lucrativos e estabelecido em Luanda. Fundado em 2001, dedica-se ao estudo de assuntos que englobam a paz e segurança, o desenvolvimento social e direitos humanos, em especial no triângulo centro e sul de África. Desenvolve um bom relacionamento entre as instituições governamentais, donde advém parte do seu financiamento, bem como outros autores não-estatais em Angola, especialmente no que diz respeito à consultadoria nos processos eleitorais. Entre outros trabalhos de investigação, o Centro desenvolveu um estudo sobre o novo sistema para o registo eleitoral em Angola, que lhe conferiu grande visibilidade regional e internacionalmente.

A visão estratégica da rede SADSEM é de contribuir para que uma gestão democrática efetiva das problemáticas da defesa e segurança na região centro-sul de África e fortalecer a paz e a segurança comum na região. Procura alcançar este desiderato proporcionando formação e educação especializada para a defesa e planeamento e gestão da segurança, relações civil-militares, construção da paz e gestão das missões de paz; desenvolvendo capacidade escolar e uma rede regional de instituições que proporcionam educação, reflexão sobre as políticas e o suporte técnico e produção de investigação académica nestas áreas (SADSEM, 2015).

6. O Centro de Estudos Estratégicos de Angola. Uma referência no Pensamento Estratégico Angolano de Segurança

De acordo com o artº 4º dos seus estatutos o “Centro de Estudos Estratégicos de Angola” tem como finalidade principal “...promover o estudo dos problemas estratégicos e de todas as questões respeitantes às relações internacionais nas suas incidências políticas, militares, económicas, sociais, culturais e da informação, nomeadamente das que se prendam com os problemas da paz mundial, do desenvolvimento social dos povos e dos direitos do homem...”. Na prossecução da sua finalidade geral, o CEEA desenvolve algumas actividades, onde se destaca: promover o debate público, através de colóquios e conferências de âmbito nacional ou internacional; apoiar e realizar projetos de investigação; fomentar a formação específica na área a que se dedica, através da realização de seminários, cursos ou iniciativas similares; promover a colaboração com instituições suas congéneres; impulsionar a cooperação internacional no âmbito das suas finalidades e impulsionar a divulgação de estudos e outros materiais, nomeadamente através da edição de publicações.

Para além da recepção de personalidades estrangeiras (embaixadores, académicos, empresários, delegações de institutos congéneres) recebe também investigadores, jornalistas e estudantes, que solicitam apoio para trabalhos de investigação. Participam em programas e fóruns de debate sobre os temas das actualidade, realizando entrevistas para os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros e em programas rádio e televisão em Angola elaborando crónicas como artigos de opinião em revistas e jornais nacionais e estrangeiros, o que permite melhorar a imagem do CEEA no exterior e em Angola. Fora do âmbito mais académico, desenvolvem avaliações, análises estratégicas, pesquisas e sondagens e estudos sobre oportunidades de investimento em Angola, na África Austral e Central.

Criado em 11 de Julho de 2001, pelo ex-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Angolanas, General João Baptista de Matos, o CEEA é uma instituição de carácter privado e sem fins lucrativos. O Centro é na prática um espaço de estudos dedicados às reflexões multidisciplinares visando também fornecer ao governo angolano elementos de referência analítica para a formulação das suas políticas de desenvolvimento e de segurança. O centro congrega militares das FAA com destaque para o General João de Matos (que ocupa o cargo de Presidente do Conselho Geral) e o General Cirilo de Sá “Ita” que é o Presidente do Conselho Executivo. Fazem ainda parte dos órgãos executivos

elementos ligadas a outros quadrantes da vida nacional angolana quer seja na área militar, política ou académica. O Centro ocupa o 6º andar de um edifício no centro de Luanda, não aparentando uma infraestrutura académica ou dedicada ao estudo e análise das temáticas das Relações Internacionais, tendo porém, fruto das individualidades que congrega um forte apoio institucional e divulgação no meio militar, social, político e académico, acabando por criar uma rede de conhecimentos que em Angola serve múltiplos propósitos e objetivos, senão vejamos:

- Congrega neste fórum o saber e a experiência de muitos Oficiais Gerais e Oficiais Superiores que numa situação fora do ativo das FAA e continuam a dar o seu importante contributo, o conhecimento e a experiência pessoal, participando em seminários, fóruns e trabalhos em prol da nação Angolana e no mundo;
- Pelos trabalhos já desenvolvidos, serve um dos propósitos para o qual foi criado, apoiar a decisão estratégica do governo angolano, recebendo, por esse trabalho de assessoria, fundos para o seu funcionamento;
- Permite a publicação e difusão de um fórum de reflexão onde desde 2001, se aborda a temática da segurança e da defesa em Angola, o que sendo praticamente pioneiro neste contexto, continua a ser uma referência nesse saber;
- Contribuiu ao longo desta década para a investigação histórica recente de Angola, pois os intervenientes da História pertencem ao Centro ou, quando solicitados, contribuem com palestras ou documentação que enriquece a investigação produzida pelos académicos, investigadores e analistas residentes.

Contudo, do que vimos, pensamos que o vínculo ao SADSEM é uma forma de melhor se ligar às organizações africanas e aos países da região subsariana, permitindo uma dinâmica regional mais próxima e projetando o Centro e Angola, como um *think tank* dedicada à reflexão estratégica para a segurança e o desenvolvimento. Assim, a participação dos seus principais dinamizadores, militares e civis, estende-se não só aos fóruns regionais, mas participam em seminários pelo mundo (França, China, EUA), contribuindo para o conhecimento sobre a História recente de Angola e das suas Forças Armadas, projetando a ideologia política e a doutrina estratégica Angolana atual.

O Centro, ainda de uma forma modesta mas com grande potencial, é um proactivo agente da Política Externa de Angola e um “...*digno e honroso embaixador...*” da reflexão político-estratégica sobre as temáticas da vida corrente da República de Angola,

especialmente as relacionadas com a segurança/defesa e o apoio ao desenvolvimento no âmbito nacional, no contexto regional subsariano e em África.

CONCLUSÕES

Como se pode verificar Angola mantém uma presença efetiva na preservação da Paz e Segurança do continente Africano através das suas múltiplas participações políticas, diplomáticas e militares, nas diversas sub-regiões económicas e militarizadas da União Africana, as *African Standby Forces* (ASF), ainda que a UA não aconselhe esta dupla presença, com particular destaque para a CEEAC e a COMFORCE/FOMAC ou a SADC e a SADCBRIG.

Além disso, ainda que, de momento mais de força diplomática, tem participado na defesa do Golfo da Guiné através do seu engajamento na Comissão do golfo da Guiné, cuja sede é em Luanda, ou na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS ou ZPCAS, nas versões inglesa e castelhana) bem como uma participação, cada vez mais activa, na tentativa de resolução dos conflitos dos Grandes Lagos.

Simultaneamente não deixa de ter uma comparticipação activa na investigação académica e militar, com maior relevância para este vetor em detrimento das reflexões académicas (ainda incipientes mas com progressivo desenvolvimento nos centros universitários de investigação), dos programas que visam a Arquitetura de Paz e Segurança em África (APSA) como são os casos da CEEA, da ESG e do IDNA ou do *think tank* SADSEM.

Cabem, de facto, à comunidade académica, em primeiro lugar, e a comunidade civil começarem a participar nestas reflexões e dinâmicas de investigação e debate sobre o estudo da Defesa e Segurança Nacional e Africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras impressas:

1. ALMEIDA, Eugénio Costa (2011); *Angola, Potência Regional em Emergência* (Tese de Doutoramento), Lisboa: Edições Colibri; ISBN: 978-989-689-131-2.
2. BERNARDINO, Luís (2013); *A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana: Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*, (Tese de Doutoramento), Coimbra: Edições Almedina; ISBN: 978-972-40-5000-3.
3. BERNARDINO, Luís e ALMEIDA, Eugénio Costa (2013); *A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*, in Revista Militar, 2532 65-1, janeiro de 2013: 43-61; ISSN: 0873-7630.
4. NIEUWKERK, Anthoni van & HOFMANN, Katharina (eds.) (2013), *Southern african Security Review 2013*, Maputo e Johannesburg: edição conjunta Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique Office e The Centre for Defence and Security Management Graduate School of Public and Development Management University of the Witwatersrand; ISBN: 978-0-620-59686-2.

Obras em Web:

1. BAKER, Deane-Peter & MAERESERA, Sadiki, (2009); *SADCBRIG Intervention in SADC Member States*, in African Security Review, Vol. 18 No. 1: 106-110, Pretória: Institute for Security Studies (ISS); disponível em: http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/101527/ichaptersection_single_document/fb76577f-456a-45dc-b7b2-2779ff120fee/en/18NO1BAKER.pdf ;
2. JOSÉ, Joveta (2011); *A Política Externa de Angola: Novos regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil*, (Tese de Doutoramento), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?sequence=1>;
3. MEYER, Angela (2011); *Peace and Security Cooperation in Central Africa: Developments, challenges and Prospect*, Uppsala: Nordiska AfrikaInstitutet;

ISBN: 978-91-7106-693-0; disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:442741/FULLTEXT01.pdf>.

4. “Angola: Exercício de Forças Especiais “Vale do Keve 2014” (I)”, (janeiro de 2015); disponível em: <http://www.operacional.pt/angola-exercicio-de-forcas-especiais-vale-do-keve-2014-i/>.
5. “Angolan assumes command of COMFORCE”, in Panapress (2014), disponível em: <http://www.panapress.com/Congo--Angolan-assumes-command-of-COMFORCE--12-630407475-146-lang4-index.html>;
6. “Navio-tanque da Sonangol desapareceu ao largo de Luanda”, in Jornal de Notícias (janeiro de 2014), disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3649334 e em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3648528.
7. “Angola assume presidência rotativa da Região dos Grandes Lagos”, in ANGOP (Agência Angola Press), (janeiro de 2014), disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/0/2/Angola--assume-presidencia-rotativa-Regiao-dos-Grandes-Lagos,b23ed312-4749-47d9-a9fb-1ee5fe584fe1.html.
8. “Angola na liderança rotativa da componente militar da SADC”, in Angonotícias (julho de 2013); disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39041/angola-na-lideranca-rotativa-da-componente-militar-da-sadc>.
9. “Angola gastou 10 milhões de dólares com a Missang”, in Angonotícias (junho de 2012), disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34590/angola-gastou-10-milhoes-de-dolares-com-a-missang>
10. “General angolano lidera Força Multinacional da África Central”, in O País (2012), disponível em: <http://opais.co.ao/general-angolano-lidera-forca-multinacional-da-africa-central/>.

11. “Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança”, in: SADC-SIPO (agosto de 2010), Maputo; disponível em:
http://www.sadc.int/files/7713/6880/2990/03513_SADC_SIPO_Portuguese.pdf
12. “Navio tanque desaparecido ao largo de Luanda localizado na Nigéria”, in VOA (Voz da América), disponível em:
<http://www.voaportugues.com/content/navio-tanque-desaparecido-ao-largo-de-luanda--localizado-na-nigeira/1837912.html>.
13. “Programa RECAMP (Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix)”, disponível em:
<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/recamp.pdf>.
14. “Réseau de recherche sur les opérations de paix”, disponível em:
<http://www.operationspaix.net/3-fiche-d-information-de-l-organisation-ceeac.html>.
15. “Cimeira da Região dos Grandes Lagos em Luanda” in RFI (seção portuguesa) disponível em: <http://www.brasil.rfi.fr/africa/20150518-cimeira-da-regiao-dos-grandes-lagos-em-luanda>